

Lideranças tentam formalizar acordos

O otimismo de Ibsen Pinheiro pode não encontrar ressonância dentro de alguns partidos, como o PT, PDT e PSDB, que discordam radicalmente de algumas das medidas provisórias. Como na terça ou quarta-feira os líderes partidários estarão reunidos para o exame do mérito das medidas, é possível que pelos menos uma, a que trata da política salarial, seja considerada inconstitucional, por já ter sido anteriormente rejeitada e emendada, inclusive por iniciativa do próprio líder do PMDB, juntamente com o deputado Tidei de Lima, do PMDB paulista. Se uma das medidas for julgada inadmissível para apreciação do Congresso, dificilmente a iniciativa será bem sucedida.

O desdobramento possível, na avaliação dos parlamentares, é de que no dia 4 de fevereiro, quando as medidas perderão a vigência, venham a ser novamente encaminhadas ao Congresso pela presidência da República, sob nova numeração, mas com o mesmo texto. E junto virá nova convocação extraordinária. Ocorre que, no dia 1º de fevereiro, os

novos deputados e senadores estarão tomando posse, entrando em recesso no dia 2, para retornarem no dia 15 de fevereiro. Com a reedição das cinco medidas provisórias no dia 4 de fevereiro, com a convocação do Congresso na mesma data, a probabilidade é de que os trabalhos da próxima legislatura começem antes do Carnaval. Assim, os funcionários do Congresso estarão todos trabalhando a partir de amanhã e até o recesso do meio do ano.

Diversos parlamentares, de um leque ideológico que começa no PMDB e segue para a esquerda, querem a convocação extraordinária paralela do Congresso, a ser feita ainda amanhã à tarde, pelos presidentes do Senado e Câmara, senador Nélson Carneiro (PMBR-RJ) e deputado Paes de Andrade, (PMDB-CE). Entretanto, o primeiro só fará a convocação forçado pelas circunstâncias, uma vez que é contrário a ela, conforme informou ao CORREIO BRAZILIENSE. Já o deputado Paes de Andrade é favorável, conforme disso, por telefone, ao autor da ideia, deputado

Fernando Gasparian (PMDB-SP). O senador Nélson Carneiro acha que a Constituição não prevê a convocação paralela. Ibsen Pinheiro garante o contrário.

Se a convocação paralela acontecer, o quórum estará garantido, a não ser que os parlamentares governistas se ausentem, numa nova estratégia para evitar o exame de vetos do presidente Fernando Collor. Mas se estes permanecerem em plenário, para tentar votar as cinco medidas provisórias, estarão viabilizando o jogo parlamentar da esquerda, que pretende muito mais que isso: quer alterar todos os cinco textos ou inviabilizar a apreciação da medida que trata dos salários; impedir a liquidação do Lloyd Brasileiro, e, ainda, criar normas fixas para reajustes de aluguéis e mensalidades escolares. A disputa promete render muitos debates. E, a se concluir do que já está acontecendo nos bastidores do Congresso, a próxima convocação extraordinária já tem uma data marcada: dia 5 de fevereiro próximo — seja pelo presidente da República, seja pelos presidentes da Câmara e do Senado.